

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: D.C.I.

Class.: 222

Data: 05/11/193

Pg.: \_\_\_\_\_

## Mineração, favorecimento

<sup>19.0</sup>  
BRÁSILIA — Ao alertar os parlamentares sobre o risco da internacionalização das riquezas naturais da Amazônia, o contra-almirante da reserva, Roberto Gama e Silva, apresentou, ontem, à Câmara dos Deputados uma lista com nome de 14 empresas nacionais e internacionais que, há dois anos, mostraram-se interessadas em explorar os recursos minerais na região, onde a Funai pretende criar a reserva ianomami. Condenando a demarcação da área indígena em Roraima, o ex-presidente do Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (Gebam) revelou que entre as empresas estão a Companhia de Mineração e Participação (CMP) de propriedade de um filho de Eliezer Batista, da Vale do Rio Doce, outra do irmão do governador Gilberto Mestrinho, Tomé Mestrinho, além da Brascan (antiga Light) que consta da lista do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) acobertada por nomes de pequenas empresas de seus funcionários.

Em depoimento na CPI que investiga a internacionalização da Amazônia, o militar da reserva, que na década de 70 foi chefe do Serviço Nacional de Informação na Amazônia Ocidental, sugeriu aos parlamentares a elaboração de uma política florestal e novo código de mineração que disciplinem a ocupação e exploração da região. Enaltecendo as riquezas da Amazônia durante quase 15 minutos, Gama e Silva propôs também a criação de um programa de zoneamento ecológico-econômico para a região.

“Só assim, conseguiremos manter a região tão estupenda quanto o é na atualidade, para proveito exclusivo nosso e de nossos descendentes”, afirmou.

O contra-almirante defendeu a criação de mecanismos que defendam a exploração dos recursos minerais, prevendo que seu beneficiamento seja feito no País. “Vocês parlamentares estão com a faca e o queijo nas mãos”, disse aos parlamentares. E completou: “até no tempo da ditadura dos militares o Congresso continuou funcionando e não apareceu ninguém para obrigar o beneficiamento dos minérios”. Classificando de retrocesso a iniciativa do governo federal de incluir no Emendão a abertura da exploração mineral aos estrangeiros, Gama e Silva lembrou que as empresas internacionais não fizeram a mineração progredir. “Houve apenas trasmigração de riquezas”, acrescentou.

### DÚVIDA

Defendendo-se dos deputados que condenaram a atuação dos governos militares na questão mineral, Gama e Silva elevou o tom de voz para contestar as acusações de que as Forças Armadas entregaram as riquezas do País. “Não aceito essa pecha, tenho moral. E a Região Amazônica tem uma grande dívida com as Forças Armadas, principalmente com a Marinha.” No depoimento, o contra-almirante criticou a instalação da reserva ianomami próxima à área indígena do território venezuelano.

(AJB)